

O Brasil está no caminho certo?

Entrevista com João Paulo de Almeida Magalhães e artigos de Marcelo Dias Carcanholo (política econômica), Fernando Augusto Mansor de Mattos (renda e emprego) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (modelo agrário) alimentam o debate.



Homenagem a Antônio Barros de Castro; Fórum Popular do Orçamento discute a Copa de 2014.

Editorial

O Brasil está no caminho certo?

■ Em um passado não muito distante – durante a ditadura e o governo Collor, por exemplo, e mesmo ao longo dos dois mandatos de FHC – a grande maioria dos economistas com uma visão progressista compartilhava da mesma visão negativa sobre os rumos do país. Nesta administração Lula-Dilma, no entanto, antigos parceiros de oposição aos governos federais agora divergem e respondem de forma diametralmente oposta à pergunta-tema desta edição.

Na busca de alguém que pudesse contribuir com este debate, não foi preciso procurar longe. O Presidente do Corecon-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães, é o entrevistado desta edição, e nos brinda com uma análise da evolução e perspectivas da economia brasileira com a capacidade de contextualização de quem acompanha o assunto há seis décadas.

O bloco principal inclui também três artigos sobre aspectos fundamentais para a resposta à pergunta-tema da edição. Marcelo Dias Carcanholo (UFF, NIEP-UFF e Clasco) critica a política econômica vigente e afirma que cortes na Selic permitiriam reduzir o déficit público operacional, diminuir a necessidade de maior emissão de títulos públicos para financiar esse déficit, a expansão de gastos e investimentos, e a elevação da taxa de câmbio, freando a desindustrialização.

Fernando Augusto Mansor De Mattos (UFF e Ipea) aponta que nos últimos anos houve um crescimento expressivo da ocupação, e em especial do emprego formal, e uma melhoria no perfil distributivo, particularmente na distribuição da renda do trabalho.

Fechando o bloco temático, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) afirma que a agricultura, sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro, e os monopólios mundiais.

Em seguida, prestamos nossa homenagem a um dos mais importantes economistas brasileiros, Antônio Barros de Castro, presidente do Corecon-RJ em 1985. Mauro Osorio assina o texto em homenagem ao querido professor.

O sempre valioso artigo do Fórum Popular do Orçamento mais uma vez reflete um debate presencial na sede do Corecon-RJ. Desta vez o tema foi “A Copa tem que ser do povo”. O texto discute o legado da Copa de 2014, com foco na investigação dos gastos com transporte e infraestrutura.

SUMÁRIO

- 3 O Brasil está no caminho certo?
Marcelo Dias Carcanholo
Política macroeconômica alternativa: crítica à razão oficialista
- 5 O Brasil está no caminho certo?
Fernando Augusto Mansor de Mattos
Emprego e renda no Brasil: evolução recente e perspectivas diante da crise que se avizinha
- 7 Entrevista: João Paulo de Almeida Magalhães
“A regra que comanda a política econômica é de crescimento tão acelerado quanto possível desde que não comprometa as metas de inflação. Não seria aconselhável trocá-la por outra regra: inflação tão baixa quanto possível desde que não prejudique as metas de crescimento?”
- 10 O Brasil está no caminho certo?
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
A mundialização da agricultura brasileira
- 12 Homenagem
Mauro Osorio
Homenagem a Antônio Barros de Castro, ex-presidente do Corecon-RJ de janeiro a dezembro de 1985
- 14 Fórum Popular do Orçamento
A Copa tem que ser do povo! Será?
- 16 **Editais de Eleição**
Aviso Unimed
Agenda de Cursos 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O Brasil está no caminho certo?

Política macroeconômica alternativa: crítica à razão oficialista

■ Marcelo Dias Carcanholo

O debate atual sobre a política econômica do governo se limita, no melhor dos casos, às justificativas do por que ela não pode ser alterada, por um lado, e a forma como pode ser construída uma alternativa, por outro. Tão importante quanto entender as razões de cada um dos lados do debate é elevar um pouco o nível de abstração, e desnudar a relação que diferentes combinações de política econômica podem apresentar com estratégias alternativas de desenvolvimento. Esta é uma questão que requer mais espaço. Mesmo assim, é perfeitamente possível criticar a razão oficialista sobre a atual política econômica.

É mais do que conhecido o tripé *regime de metas inflacionárias – superávit fiscal primário – regime de câmbio flutuante*, conforme ele é propagandeado pela versão oficialista, hegemônica na atualidade. Segundo esta, a política monetária teria se alterado substancialmente, após a crise cambial do início de 1999, passando para uma operacionalização de anúncio prévio por parte do Banco Central de uma meta inflacionária – com certa margem de tolerância para cima e para baixo – e o compromisso reiterado da autoridade monetária para utilizar os instrumentos de política que ela possui, no intuito de manter a taxa de inflação dentro das margens anun-

ciadas. Além do compromisso explícito de combate à inflação, o Banco Central, se bem-sucedido, geraria uma reputação no mercado que garantiria menor volatilidade na formação das expectativas e, portanto, dos preços dos principais ativos.

A esta razão da política monetária atual, o pensamento oficialista agrega a defesa da constante

manutenção de superávits primários. O argumento é o de que isto permitiria manter a dívida pública em patamares sustentáveis, ao mesmo tempo em que tornaria a rolagem da mesma menos onerosa, uma vez que o mercado teria mais confiança na sustentação dos pagamentos do serviço da dívida e, portanto, exigiria menores juros para a emissão de novos títulos. Por isso é que o pensamento convencional atribui ao relaxamento da austeridade fiscal a causa básica das elevadas taxas de juros no país.

Por último, este tipo de pensamento sustenta que o atual re-

gime de câmbio flutuante seria melhor do que o que prevaleceu até o início de 1999. Afirma-se que foi recuperada a capacidade da autoridade monetária de controlar a oferta de moeda sem nenhum compromisso preestabelecido com uma determi-

nada taxa de câmbio. Quanto à atual sobrevalorização da taxa de câmbio, o pensamento oficialista oscila entre duas racionalizações, não necessariamente incongruentes. Por um lado, a valorização do câmbio real refletiria o crescimento da produtividade da economia, que teria sido obtido em função das reformas estruturais liberalizantes aplicadas desde os anos 90



superávits primários que estamos sustentando há anos.

Não existiria outra forma de conduzir a política macroeconômica. O regime de metas inflacionárias, apoiado por um pretenso regime de câmbio flutuante, garantiria a manutenção da estabilidade econômica. As elevadas taxas de juros que – para uns – até distorcem a taxa de câmbio seriam solucionadas com a ampliação da política de superávits primários consistentes e crescentes. Quem sabe até com algum tipo de meta para o déficit nominal!

No entanto, esta razão oficialista é falaciosa, no mínimo, por duas razões: (i) a atual política macroeconômica não é tão diferente assim daquela que prevalecia antes da crise cambial de janeiro de 1999, e (ii) é possível sim pensar em uma política econômica diferente.

Quanto à política fiscal não há discussão. A sustentação dos elevados superávits primários é sua característica desde os anos 90. Mas e as políticas monetária e cambial?

O atual regime de metas inflacionárias está baseado em um firme compromisso de combate à inflação. A partir disso, o Banco Central utiliza todos os mecanismos de controle de liquidez que possui para conformar uma oferta de moeda condizente com aquela taxa básica de juros anunciada. Antigamente, não existia esse anúncio. O que a autoridade monetária fazia era controlar a quantidade de moeda na economia de acordo com a aceleração das taxas de inflação, mas o objetivo central era o mesmo, manter a estabilidade de preços. Portanto, trata-se, meramente, de uma dis-

tinção de operacionalidade da política, não de seu caráter.

Quanto à política cambial, a diferença é mais sutil. No período anterior o Banco Central anunciava previamente o piso e o teto da taxa de câmbio a partir dos quais ele interviria no mercado cambial para manter as cotações oscilando dentro dessa banda. No atual regime, ao contrário do discurso, o Banco Central não deixa que o mercado estabeleça livremente o valor da cotação. Se este último atingisse patamares muito elevados, para além de um valor que se considerasse seguro, até para os propósitos de controle inflacionário, o Banco Central interviria comprando reais/vendendo dólares para frear o movimento. Por outro lado, e é o que vemos atualmente, se o valor da cotação atinge valores muito baixos, ele procura atuar no sentido contrário. Ainda que não anuncie, o Banco Central opera sua política cambial com um valor piso e outro teto. A única diferença, portanto, é que os valores não são pré-anunciados, mas a própria operacionalização pelo Banco Central sinaliza que valores críticos são esses.

A falácia da razão oficialista se completa pela possibilidade de pensar uma política econômica diferenciada. A chave para isso é inverter a relação de causalidade entre a taxa de juros e o déficit público. Se considerarmos que grande parte das despesas públicas diz respeito à rubrica financeira, que é definida em grande parte pelas taxas de juros, é perfeitamente possível pensar em outra política econômica. A redução das taxas de juros pelo Banco Central permitiria: (i) reduzir o déficit público operacional; (ii) diminuir a ne-



cessidade de maior emissão de títulos públicos para financiar esse déficit, o que constrói um horizonte futuro de menores juros; (iii) expansão de gastos e investimentos que retomassem o crescimento; (iv) elevação da taxa de câmbio, promovendo exportações e aliviando o atual fenômeno de desindustrialização.

Essa política econômica apresenta custos/riscos. Por um lado, a expansão de gastos que a redução da taxa de juros promoveria pode, de fato, pressionar ainda mais os preços da economia. Esse custo inflacionário ainda seria agravado em função da elevação da taxa de câmbio, que tornaria mais caras importações fundamentais na estrutura produtiva brasileira. Mas isto não ocorreria por culpa da demanda aquecida. Na verdade, com taxas de investimento extremamente reduzidas há décadas, a economia brasileira apresenta hoje uma capacidade instalada reduzida frente às necessidades de expansão econômica. Sempre que a demanda agregada tem uma ascensão, esse crescimento é abortado, em função da restrição estrutural de oferta, que redundaria em pressão inflacionária.

Outro custo associado a essa política econômica é o agra-

vamento dos problemas de balanço de pagamentos. O maior crescimento econômico tende a elevar as importações, piorando nosso resultado em transações correntes. Por outro lado, a redução dos juros diminui o *spread* frente às taxas internacionais, o que pode afugentar os capitais externos que financiam nossas contas.

Isto define pré-condições para aplicar a alternativa de política econômica. Em primeiro lugar, é preciso resgatar a capacidade de investimento produtivo que implique ampliação da capacidade instalada, o que só é possível, no setor privado, justamente pela redução do custo do investimento, e no setor público, pela recuperação da capacidade de investimento estatal. Tanto um quanto o outro exigem a redução da taxa de juros. Em segundo lugar, dados os problemas no balanço de pagamentos, é preciso preparar-se para a escassez de divisas que poderia advir. Controle de capital sério e corajoso, e não esse simulacro que vemos hoje em dia, é condição *sine qua non*.

Se elevássemos um pouco o nível de abstração, é possível ainda demonstrar que essa outra política econômica teria muito maior impacto se ela estivesse associada a outra estratégia de desenvolvimento, que rompesse com os preceitos liberais que predominam na economia brasileira desde os anos 90 do século passado, o que requer um próximo artigo.

* Marcelo Dias Carcanholo é doutor em Economia pelo IE-UFRJ, professor associado da Faculdade de Economia da UFF, e membro do grupo de pesquisa NIEP-UFF e do grupo de trabalho sobre “Economia mundial, economias nacionais e crise capitalista” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

Emprego e renda no Brasil: evolução recente e perspectivas diante da crise que se avizinha

■ Fernando Augusto
Mansor de Mattos*

Nos últimos anos, dois movimentos importantes se distinguiram em relação ao que ocorrera nos anos 1980 e 1990, quando analisados os indicadores de mercado de trabalho brasileiro: (a) crescimento expressivo da ocupação, e em especial do emprego formal, de tal forma que, desde 2004, o peso relativo do emprego

com carteira assinada (símbolo de formalização no caso do mercado de trabalho brasileiro, pois a posse da carteira indica acesso aos direitos trabalhistas definidos em lei) tem crescido no conjunto da ocupação, revertendo longa trajetória de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro que vinha se verificando desde a crise da dívida externa, no início dos anos 1980; (b) uma melhoria no perfil distributivo, especialmente na distribuição da renda do trabalho, que já vinha ocorrendo desde o início do atual século, mas que se acentua após 2005/2006.

Para comentar o primeiro movimento distintivo mencionado acima, seria interessante fazer uma breve retrospectiva histórica. Entre 1940 e 1980, foram criados, em média, por ano, aproximadamente 500 mil postos de trabalho formais nas atividades não-agrícolas, dos quais cerca de 135 mil nas atividades manufatureiras, 75 mil na construção e 290 mil no setor terciário. Nesse período, enquanto a PEA não-agrícola crescia 2,5% ao ano (em média), o emprego com carteira assinada crescia a uma média de 6,3% ao ano e as atividades formais do setor manufatureiro cresciam 5,1% em média anual. Esses dados revelam uma acelerada estruturação

do mercado de trabalho, com aumento da participação relativa do emprego formal e das atividades industriais, em particular, no conjunto da ocupação. É claro que esse período foi marcado por uma deterioração do perfil distributivo e ainda persistiam, no final dos anos 1970, em todas as regiões do país, enormes contingentes de trabalho informal. Mas, de todo modo, é inegável que o mercado de trabalho brasileiro respondera favoravelmente ao processo de desenvolvimento gerado pela industrialização.

A partir dos anos 1980, o que se observou foi uma rápida desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, com aumento da informalidade e perda de participação do emprego industrial. Esse processo se acentuou durante os anos 1990. Entre os censos de 1980 e de 1991, foram gerados, em média anual, cerca de 858 mil postos de trabalho assalariados, dos quais 847 mil sem registro em carteira, além de cerca de 400 mil postos de trabalho de trabalhadores por conta própria, a maioria dos quais exercendo trabalhos precários. Entre 1990 e 1995, a situação piorou ainda mais: foram eliminados, em média anual, 350 mil postos de trabalho com carteira assinada, em todos os setores de atividade, ao mesmo tempo em que a informalidade “inchava”, com a gera-



ção de cerca de 541 mil postos com assalariamento sem carteira e mais 432 mil postos de trabalhadores por conta própria.

A condução da política econômica do Plano Real, com a insistência em câmbio valorizado, taxa de juros reais extremamente elevadas (e muito acima da média internacional¹), ausência de política industrial e presença de políticas sociais anêmicas, acabou acentuando a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Dados mais recentes da distribuição do trabalho por posição na ocupação revelam, porém, que, a partir de 2004 e, com maior intensidade, a partir de 2006 (após a primeira queda do empresário Palocci, Ministro da Fazenda no primeiro mandato do governo Lula), quando a política econômica, embora sem perder alguns elementos que fundamentavam a política econômica anterior², passou a adotar uma política fiscal mais ativa, ao lado de uma política de rendas mais robusta (o que incluiu aumento real mais expressivo do salário mínimo e expansão do Programa Bolsa Família), ficou nítido que a participação relativa do emprego formal voltou a crescer, conforme indicam os dados da PME e também os da PED³, sem contar os das PNADs.

Esse contexto de mudanças na política macroeconômica, ao lado de uma melhoria no cenário externo, promoveu um aquecimento do mercado interno e um progresso nos perfis distributivos, especialmente quando medido em termos de distribuição pessoal da renda.

O índice de Gini da distribuição da renda do trabalho caiu de 0,56 em 2001 para 0,52 em 2009, uma queda modesta, mas contínua. A distribuição funcional da renda também melhorou nos últimos anos. Segundo apontou o presidente do IPEA em recente artigo no jornal *Valor Econômico*⁴, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, entre 1995 e 2004, enquanto a parcela da renda da propriedade crescia 12,3%; entre 2004 e 2010, houve inversão dessas trajetórias: a parcela dos salários subiu 10,3% e a da renda da propriedade decresceu 12,8%.

Apesar dos resultados positivos acima descritos, devem ser feitas algumas ponderações sobre esses indicadores, e também alertas para o futuro.

Não se deve perder de vista que essas mudanças no perfil distributivo podem ser postas em risco se a economia, a partir de 2011, desacelerar muito e/ou se houver desindustrialização. Além disso, é inegável que mudanças adicionais e substanciais do perfil de distribuição de renda só podem ser obtidas com mudanças também na distribuição da riqueza, o que supõe, inclusive, redução, ao longo do tempo, das ainda elevadíssimas taxas de juros reais vigentes na economia brasileira, que promovem uma brutal transferência de renda aos detentores de capital financeiro.

A recente mudança do perfil distributivo não pode ser tomada como muito substancial se consideramos que as mesmas estão sendo comparadas com os níveis gigantescos de desigual-

dade vigentes em meados dos anos 1990. Deve-se considerar também que o crescimento do emprego foi muito concentrado em ocupações de baixos rendimentos e com parcela pouco expressiva em atividades da indústria de transformação. O aumento do salário mínimo real foi significativo, notadamente quando se compara com o governo FHC, e teve papel decisivo para o aquecimento do mercado interno; no entanto, o valor real do salário mínimo ainda é inferior ao seu valor real em 1986, por exemplo, quando da instalação do Plano Cruzado.

Não se pode, ademais, deixar de registrar que há muitos problemas à vista, no breve futuro, os quais dependerão da magnitude da desaceleração que vier a sofrer a economia, diante de um cenário internacional muito indefinido. Os primeiros resultados de 2011 registram indicadores de retração do emprego e da produção nas atividades industriais. Dependendo da extensão e da duração desse fenômeno, as conquistas obtidas nos últimos anos em termos de emprego e renda podem se perder em pouco tempo, ainda mais porque ainda não foram enfrentados, de forma mais robusta e sistemática, os fatores estruturais que reproduzem as desigualdades e a pobreza: a regulação do mercado de trabalho não foi aprimorada (o mercado de trabalho brasileiro continua muito flexível, conforme se pode atestar, entre outros indicadores, pela altíssima taxa de rotatividade da mão-de-obra promovida pelas estratégias empresariais, por

exemplo) e a concentração da riqueza ainda é altíssima.

A trajetória futura dos indicadores de emprego e renda passa pela reversão da valorização cambial e pela urgente necessidade de estancar o processo de desindustrialização que já se prenuncia, em várias regiões do país.

As políticas focalizadas de combate à pobreza tiveram um papel importante nos resultados recentes, mas tendem a perder eficácia nos próximos anos se não houver mudanças estruturais que garantam aumento dos investimentos em infraestrutura (e ganhos sistêmicos de produtividade), esforço contra o processo de desindustrialização, ampliação dos investimentos em ciência e tecnologia e manutenção do aumento do emprego formal, sem contar a necessidade de melhorar o perfil da pauta de exportações, que tem se concentrado muito rapidamente em produtos de baixo valor agregado.

* Fernando Augusto Mansor De Mattos é professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador-visitante no Ipea.

1 Permitindo gigantescos ganhos com arbitragem por parte dos aplicadores no mercado financeiro, onerando o orçamento público e produzindo gigantesca concentração da renda (e da riqueza) nacional.

2 Meta de superávit primário, meta de inflação e câmbio fluante.

3 Os dados das Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED) e das PMEs revelam formalização dos mercados de trabalho de diversas regiões metropolitanas. Deve-se destacar, porém, que, quando se analisa o país como um todo, o cenário mostrou-se ainda mais positivo. Trabalho recente de monografia que este autor co-orientou na UFF utilizou dados da RAIS para mostrar que o crescimento do emprego formal foi maior ainda nos municípios de pequeno e médio porte brasileiros, no período 2004-2010, do que na média nacional.

4 Ver: Pochmann, M. *Heranças*, Valor Econômico, edição de 11 de agosto de 2011.

Entrevista: João Paulo de Almeida Magalhães

“A regra que comanda a política econômica é de crescimento tão acelerado quanto possível desde que não comprometa as metas de inflação. Não seria aconselhável trocá-la por outra regra: inflação tão baixa quanto possível desde que não prejudique as metas de crescimento?”

Como parte do esforço para responder à pergunta central desta edição – o Brasil está no caminho certo? – o JE ouviu o professor João Paulo de Almeida Magalhães, economista que dedicou as últimas seis décadas à reflexão sobre a economia e sociedade brasileira e à militância por um país melhor. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I, João Paulo lecionou na UFRJ e Uerj e exerceu importantes cargos na administração pública e na iniciativa privada. Atualmente, acumula diversas funções, como a de presidente do Corecon-RJ e membro do Conselho de Orientação do Ipea. Sua extensa obra tem início na década de 1950 e estende-se aos dias de hoje. Em 2009, publicou *O Que Fazer Depois da Crise: a contribuição do Desenvolvimentismo keynesiano* (editora Contexto São Paulo). Nesta entrevista, analisa a evolução recente e perspectivas da economia brasileira com a capacidade de contextualização de que só os que já acompanharam várias crises e momentos de euforia dispõem.

P: Como avalia as transformações econômicas e sociais do Brasil nos últimos anos?

R: avaliação do comportamento recente da economia brasileira deve considerar duas fases: antes e depois de 1980. Em toda a fase posterior à Segunda Guerra Mundial, o Brasil evoluiu com base no modelo de substituição de importações, com crescimento anual médio em torno de 7%. A política econômica tinha como base planos

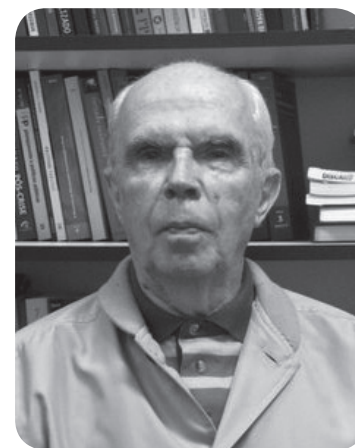
plurianuais, dos quais o primeiro foi o Plano Salte do Governo Dutra. A partir de 1980, passou a dominar a política econômica a visão neoliberal codificada em 1990 pelo Consenso de Washington. Nesse período, o crescimento do PIB ficou em torno de 5% a.a.

O primeiro mandato do Governo Lula foi comandado pela visão neoliberal. A mudança ocorrida no segundo mandato foi comandada pelo Plano

de Aceleração do Crescimento (PAC). Este estava longe de ser plenamente satisfatório porque se concentrava em investimentos de infraestrutura que ‘permitem’ mas não ‘determinam’ o crescimento econômico. Este depende, de fato, de investimentos em atividades diretamente produtivas, que ficaram fora do PAC. Ele foi, contudo, importante porque, pela primeira vez desde 1980, se reconheceu que o livre jogo das forças de mercado não era suficiente para garantir o desenvolvimento econômico.

O ponto alto do Governo Lula foram as políticas sociais como a Bolsa-Família, que tiveram importante impacto em termos de redistribuição de renda. Quanto ao Governo Dilma, o que se pode dizer é que se Lula era fundamentalmente um animal político, a nova presidente tem sólida formação econômica adquirida na Universidade de Campinas, uma das principais bases do desenvolvimentismo brasileiro. Até agora o mais importante é que ela conseguiu se livrar do ranço neoliberal que herdou do seu antecessor e dentro do qual Meirelles e Palocci eram os principais responsáveis.

Dilma, em termos de política econômica, sabe o que fazer e como fazer. Até agora nada mudou, o que é normal em um governo que apenas deu seus primeiros passos e, além disso, em



um contexto de situação internacional bem pouco favorável. Resta, portanto, aguardar o que acontecerá daqui por diante.

P: O atual modelo brasileiro é sustentável a longo prazo?

R: O importante não é o modelo ser sustentável, mas o país crescer em torno de 7% ao ano, conforme defende o Ipea no seu *Macroeconomia do Desenvolvimento* de 2010, para eliminar o atraso econômico em prazo razoável. No momento presente, como a prioridade é concedida às metas de inflação, e não a metas de desenvolvimento, se considera que o Brasil não pode crescer a mais de 5% ao ano para não prejudicar a estabilidade monetária. Segundo o Banco Mundial, no seu relatório de 2008 *Growth Report-Strategy for Sustained Growth and Inclusive Development*, com uma taxa de incremento do PIB de 5% ao ano o Brasil levará quase 100 anos para eliminar seu atraso econô-

mico. A pergunta é se o país poderá esperar tanto tempo sem graves problemas econômicos, políticos e sociais. Se a taxa de incremento do PIB for de 7% ao ano, a eliminação do atraso, segundo o Banco Mundial, exigirá somente 40 anos, o que parece razoável.

Sem aprofundar a relação entre inflação e desenvolvimento, lembraríamos apenas que no período que se estende da Segunda Guerra Mundial até 1974 o Brasil cresceu na média de 7% ao ano, com inflação anual de 20%. A Argentina, nos sete anos anteriores à crise de 2008-2009, cresceu na média anual de 8,7%. Teriam esses resultados sido possíveis se absoluta prioridade fosse concedida às metas de inflação?

Hoje no Brasil a regra que comanda a política econômica é de crescimento tão acelerado quanto possível desde que não comprometa as metas de inflação. Não seria aconselhável trocá-la por outra regra, como de “inflação tão baixa quanto possível desde que não prejudique as metas de crescimento”? Metas estas de incremento anual médio do PIB de 7%.

A posição do Ipea sobre a atual política anti-inflacionária não poderia ser mais clara. O documento de 2010, *Macroeconomia do Desenvolvimento*, afirma o seguinte: “A conclusão é que a política monetária tem imposto elevada taxa de sacrifício à sociedade brasileira. O custo de uma redução da inflação dado por uma retração do nível de atividade, valorização cambial e uma piora nas contas públicas tem sido muito alto. Desse modo, a política monetária tem constituído um obstáculo ao desenvolvimento do país” (p. 116).

Da perspectiva de longo prazo, o problema é que a economia

brasileira se acha em processo de desindustrialização ou de primarização, denominação preferida por outros. Este processo resulta seja da sobrevalorização do real, que dificulta a exportação e facilita as importações de manufaturas, seja das nossas altíssimas taxas de juros, que atraem o capital estrangeiro especulativo. Apesar de essa situação ser duramente criticada no documento do Ipea *Planejamento e Desenvolvimento*, de 2010, nada se fez até agora para corrigir tal situação. O Ipea coloca a questão nos seguintes termos: “Deve-se buscar através de diversos mecanismos a industrialização em segmentos densos de tecnologia.

A busca incessante por um modelo de industrialização sofisticada (...) possui um aspecto essencial. A especialização em commodities e uma industrialização de baixo valor agregado (em um tipo de economia primarizada) constituem um modelo bastante propício para a consolidação de um modelo de concentração de renda e riqueza. (...) O modelo de economia industrializada gera muitos empregos e favorece o estabelecimento de relações formais de trabalho. Esta é uma opção crucial: crescimento com primarização ou industrialização sofisticada” (p. 11 e 12)

P: O Brasil será afetado pelas turbulências internacionais?

R: Tudo indica que, no momento presente, estamos diante de uma recessão de tipo W, ou seja, que, como a de 1929, um início de recuperação é abortado pela volta da situação de crise. O Brasil, como em 2009, está relativamente preparado para enfrentar o problema. Naquele ano, nossas reservas cambiais estavam em cerca de 240



bilhões de dólares e o montante das reservas é hoje de 350 bilhões. O declínio do PIB brasileiro em 2009 foi de menos de 1%, o que, em parte, de deveu à China não ter sido praticamente afetada pela crise. A esse respeito, a situação presente não é tão boa, visto que, preocupada com as pressões inflacionárias, a China está adotando medidas para moderar seu crescimento. O que constitui uma das causas da recente redução do preço das commodities, de que é grande compradora.

Em suma, uma previsão prudente é que, a se confirmar o modelo W da recessão presente,

o Brasil não poderá deixar de ser afetado. Tudo indica, todavia, que o impacto não será muito maior que o registrado em 2009.

P: Qual é a sua avaliação da política industrial recém-adotada pelo Governo?

R: As medidas recém-adotadas pelo governo não constituem propriamente uma política industrial. Seu objetivo limitado é conter o processo de desindustrialização em curso no país. Não há como negar que, desse ponto de vista, as medidas devem ter impacto positivo. Elas são, todavia,

insuficientes e inadequadas. Isso porque as causas básicas de industrialização se acham na sobrevalorização cambial e na entrada no país de capital estrangeiro especulativo, que procura se beneficiar de nossas elevadíssimas taxas de juros. O aspecto especulativo desse capital é comprovado, inclusive, pelo largo uso do “carry trade”, no qual os especuladores tomam empréstimos nos países em que os juros são baixos para aplicar no Brasil os recursos obtidos.

As medidas corretas e eficazes contra a desindustrialização seriam a desvalorização da taxa de câmbio e a colocação dos juros brasileiros em níveis internacionais. O ministro Guido Mantega declarou, em público, que a taxa de câmbio ideal para o Brasil seria de 2,60 reais por dólar. João Sicsú, que até recentemente ocupava o segundo posto mais importante do Ipea, defende em trabalho seu a taxa de 2,80.

No que concerne à taxa de câmbio, há diversos meios para atuar sobre ela. No caso extremo poder-se-ia, simplesmente, adotar a centralização ou controle do câmbio, no qual o governo escolhe livremente a taxa de câmbio que considera desejável, tal como faz a China. Para a contenção das entradas de capital especulativo existem numerosos instrumentos largamente utilizados por diversos países. Estes vão desde a quarentena, a taxação tributária e os prazos mínimos de permanência até a delimitação dos montantes do capital estrangeiro autorizado a ingressar no país.

As elevadas taxas de juros são justificadas como instrumento de controle da inflação. Por que não trocá-las por política de rendimento do tipo adotado no Plano Real?

P: O Brasil faz hoje parte do BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), países que em futuro não muito distante deverão ter grande peso na economia mundial. Isso não significa que estamos diante de um futuro promissor em termos de política econômica?

R: Começarei por lembrar que na publicação do Ipea *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento*, de 2009, se registra para os BRICs, durante período significativo recente (2001-2008) as seguintes taxas de crescimento: Brasil, 2,7%; Rússia 3,5%; China 9,4% e Índia 6,7%. Os resultados obtidos pelo Brasil são bastante inferiores aos dos outros três participantes dos BRICs. No mesmo trabalho, outro artigo mostra que entre 2001 e 2008 a Rússia registrou crescimento anual médio de 6,8%. E o Brasil apenas nos últimos quatro anos está conseguindo taxas médias entre 4% e 5%.

Apesar desses resultados nada favoráveis, o Brasil passou, nos últimos anos, a registrar um imotivado otimismo que só pode ser explicado como amnésia histórica ou euforia. O país parece ter esquecido que nos primeiros oitenta anos do século passado registrou taxas de crescimento apenas superadas pelo Japão. Ou que nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial cresceu na média anual de 7%.

Na crise recente, o país se orgulhou de ter queda no PIB de menos de 1% enquanto nos Estados Unidos e Europa as quedas chegaram, algumas vezes, a até 4%. Ninguém levou em conta que China e Índia mantiveram taxas de incremento do PIB de 7% a 8%. Quando se previu incremento do PIB, em 2010, de 7%, o

Presidente da República anunciou que ingressáramos em taxas de crescimento iguais às da China. Sem considerar que as taxas de crescimento daquele país foram sempre significativamente superiores a 7%, sem levar em conta que o registro de taxas elevadas em um único ano não configura uma tendência e, finalmente, que constitui um dos alicerces da prioridade concedida no Brasil às metas de inflação, a regra de que, para manter a inflação sob controle, nosso crescimento não pode ir além do teto de 5%. Observe-se que as previsões recentes para o crescimento do PIB no presente ano tendem a considerar incremento inferior a 4% como o mais provável.

Lula passou a ser considerado um dos melhores Presidentes da República do Brasil, se não o melhor. Filgueiras e Gonçalves, em *A Economia Política do Governo Lula* (2007) fazem cuidadosa análise sobre o desempenho econômico de todos os presidentes do país após a proclamação da república e concluem que os presidentes posteriores a 1980 foram os piores da história. O que não é surpreendente por terem reduzido a taxa de incremento anual do PIB de 7% para pouco mais de 2,5%. Ou seja, Lula pode, quando muito, ser considerado o melhor dos presidentes numa fase extremamente ruim de nossa economia.

P: É possível conciliar no Brasil desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente?

R: Posto que, para atender às reivindicações de uma classe média em rápido crescimento, seja necessária a eliminação do atraso econômico brasileiro em prazo tão curto quanto pos-

sível, nem por isso se pode descurar da preservação do meio ambiente. No Brasil, contudo, o problema não está sendo corretamente equacionado. ONGs, quase sempre com sede fora do país, vêm conferindo absoluta prioridade à preservação do meio ambiente quando esta deveria ser concedida ao desenvolvimento.

Temos, assim, o caso de Belo Monte, em que o volume de água represada por sua barragem será muito inferior ao desejável, do ponto de vista de maximização dos resultados do investimento realizado. Dentro de uma correta análise de custo-benefício do empreendimento, se deveria levar em conta que essa limitação pode significar custos consideráveis em termos da necessidade de investimento em nova barragem, que seria desnecessário no caso de maior capacidade de geração de energia em Belo Monte. Tampouco se levou em conta que essa menor capacidade exigirá o atendimento da demanda por termoelétricas ou até por unidades átomo-elétricas, cujos aspectos poluidores são notórios. Haveria, finalmente, que se avaliar o impacto negativo em termos de menor crescimento econômico nas regiões a serem atendidas pela energia gerada por Belo Monte

Ou seja, levaram-se em conta somente o custo das externalidades negativas locais e imediatas sem considerar as geradas a prazo mais longo e a maiores distâncias.

O Brasil está no caminho certo?

■ Ariovaldo Umbelino de Oliveira*

François Chesnais, no livro *A Mundialização do Capital*, trouxe uma importante senha de alerta sobre a aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. A mensagem referia-se à remoção dos entraves nacionais e criação de uma nova etapa marcada pela consciência dos interesses comuns e pela cooperação entre as burguesias nacionais.¹ Assim, o processo de mundialização da economia assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial e criando as empresas mundiais.

A mundialização do capital trouxe consigo a hegemonia das multinacionais como expressão de um capitalismo disposto a superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas. O domínio e expansão das empresas multinacionais envolveu assim, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional.

O movimento internacional de capitais derivou dos investi-

A mundialização da agricultura brasileira

mentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações no exterior. A produção capitalista internacionalizada derivou dos monopólios da pesquisa e da tecnologia que, somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as. Geraram, assim, as bases da produção internacional (controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas nacionais), substituindo a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associaram ou fundiram-se com as nacionais. As ações internacionais de governos decorreram da necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. A formação de verdadeiros governos internacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional.

Portanto, a mundialização é muito mais do que a internacionalização ou multinacionalização da economia. A internacionalização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização, por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc.

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura, que antes se baseava na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no siste-

ma de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, a pregação neoliberal contra os subsídios, e consequentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Dessa forma, a agricultura, sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estrutu-



rar-se sobre três pilares: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou ser questão estratégica nacional e passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais *commodities* são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, entre outras. No país acrescenta-se também etanol e boi gordo.

Segundo, as bolsas de mercadorias e futuros tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*: Chicago (soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja), Londres (açúcar, cacau e café), e Nova York (algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja). A BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF-Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex, e Ecodiesel.

Terceiro, a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do setor. Estas empresas mundiais têm nas multinacionais suas bases constituintes. Elas se formaram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, franquias etc. As empresas mundiais nasceram, pois, tanto de empresas estrangeiras como das nacionais que, possuindo o controle monopolista da produção, galgam o patamar mundial associando-se majoritariamente

com empresas nacionais concorrentes. Essas empresas articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios.

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. No Brasil, este processo ocorre no setor sucroenergético. Nele, a Cosan comprou a Exxon Mobil no Brasil e constituiu joint venture com a Shell na Raizen. O grupo Santelisa Vale fundiu-se com a Louis Dreyfuss Commodities originando a LDC-SEV. O Grupo Moema fundiu-se com a Bunge. O grupo francês Tereos, do Açúcar Guarani, associou-se à Petrobras Biocombustível - PBio. A PBio associou-se também ao grupo São Martinho. A Archer Daniel Midland (ADM) aliou-se ao grupo de Antonio Cabrera. A japonesa Sojitz está associada à ETH Bioenergia S/A do conglomerado Odebrecht; a Itochu tem parceira com a Bunge, e a Mitsui uniu-se à PBio. O grupo indiano **Shree Renuka Sugars** adquiriu usinas do grupo Vale do Ivaí no Paraná, e do Grupo Equipav em São Paulo. O Noble Group adquiriu duas usinas do grupo Cerradinho. A Glencore associou-se à família Garieri na usina Rio Vermelho. A Adecoagro S/A adquiriu a Angélica Agroenergia S/A, em Angélica/MS, e a Usina Monte Alegre, no sul de Minas Gerais.

No setor de celulose, papel e madeira, o Grupo Votorantim comprou as ações do grupo norueguês na Aracruz e fundiu-a com a VCP, formando a Fibria. A Duratex e a Sapitel fundi-

ram-se criando a maior empresa mundial de produção de painéis de madeira. O grupo chileno CMPC comprou a unidade gaúcha da Fibria, e as empresas Klabin, Suzano e International Paper completam o setor.

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes.

No Brasil, monopolizam o setor de grãos a ADM, Cargill, Bunge, LDC; Los Grobos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as nacionais Caramuru e AMAGGI, esta última indo para a Argentina; e as cooperativas Coamo e Cocamar. No setor de sementes atuam a Monsanto e a Syngenta. O setor do leite é dominado pela Nestlé. No setor de suco concentrado de laranja há a aliança da Cutrale e da Coca-Cola, a LDC e fusão entre Citrovita e Citrosuco. No setor de carnes, BRF - Brasil Foods tornou-se a maior empresa mundial de carnes de aves e suínos, e a JBS Friboi englobou Swift, Inalca, Smithfield Beef, e Tasman e associou-se ao Grupo Bertin, tornando-se a maior empresa mundial de carne bovina. O Marfrig Group atua na Argentina, Uruguai, Chile e comprou o segmento de peru da Doux Frangosul e a Seara da Cargill. Neste setor há ainda o grupo Unilever e a Doux Frangosul. É necessário destacar que muitos desses processos de fusões, associações e aquisições foram feitas com a participação do BNDES e dos fundos de pensão dos traba-

lhadores das estatais brasileiras.

Outro setor que estrutura-se em termos mundiais na atualidade são as empresas que atuam no mercado imobiliário rural, onde representam a apropriação da renda capitalizada da terra, em geral em áreas na fronteira agrícola. Entre elas estão a SLC Agrícola, do grupo SLC; a Agrifirma, que tem entre seus investidores Jacob Rothschild; a Adecoagro, que tem entre seus sócios George Soros; a Radar Propriedades Agrícolas, subsidiária da Cosan; a Calys Agro, que tem investimentos da AIG e LDC; a Sollus Capital, que tem participação da Vinci Partners, Touradji Capital Management e Los Grobo; a BrasilAgro, que tem a Tarpon, Cresud e Elie Horn; o espanhol Enrique Bañuelos, que comprou a Maeda e associou-se à BrasilEcodiesel, e negocia fusão com o grupo Vanguarda; a Agrinvest, controlada pelo fundo americano Ridgefield Capital; e o Grupo El Tejar, que tem como sócios a ET Spainco e CV Luxco. As nacionais Vision Brazil Investments, Tiba Agro, LG Agro e Cantagalo General Grains completam o setor.

Assim, esta estrutura monopolista e as políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos são responsáveis pela crise que se abateu sobre os alimentos na atualidade. Ela é, portanto, o resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou de soberania alimentar. É também por isso que mais de um bilhão de pessoas no mundo continuam passando fome.

* Ariovaldo Umbelino de Oliveira é professor titular de Geografia Agrária da FFLCH-USP. E-mail: arioliv@usp.br

1 CHESNAIS, François *A Mundialização do Capital* - Xamã VM Ed.Graf.Ltda. - São Paulo, 1996, p. 23.

Homenagem a Antônio Barros de Castro, ex-presidente do Corecon-RJ de janeiro a dezembro de 1985



■ Mauro Osorio*

Morreu, estudando em sua casa, um grande brasileiro: Antônio Barros de Castro.

Ele foi um dos economistas que mais me influenciou. Acredito que era um dos mais criativos pensadores do país. Seus trabalhos são referências fundamentais no debate brasileiro.

Quando da realização de minha tese de doutorado, Castro fez uma das leituras mais acuradas de uma das primeiras versões. Ficou um domingo inteiro lendo e anotando a tese e, no final do dia, fomos comer uma pizza na Guanabara para discuti-la.

Ele tinha uma enorme preocupação com a precisão acadêmica. Ao lado de Pedro Abramo, meu orientador, me apresentou aos economistas institucionalistas.

Em minha tese, procurei analisar a trajetória brasileira e de suas regiões, utilizando-me, principalmente, da visão dos economistas da Universidade de Campinas, e a trajetória do Rio de Janeiro, com base nos trabalhos de João Paulo de Almeida Magalhães e Carlos Lessa. Utilizei-me, ainda, de economistas institucionalistas, como Myrdall, Douglass North e Geoffrey Hodgson. Além de economistas como Albert

Hirschman, principalmente o seu clássico *Estratégias para o desenvolvimento*.

Pode-se estranhar o uso de Douglass North, com forte influência da visão neoclássica, ao lado de Geoffrey Hodgson, um institucionalista marxista. No entanto, ambos dão forte importância à história e à cultura.

O conceito de Douglass North de marco institucional, ou, como eu procuro chamar, de marco de poder, foi de fundamental importância para o desenho de um referencial teórico que me permitisse entender as razões específicas da crise do Rio e de que forma as cassações ocorridas a partir do golpe de 64 teriam influenciado a degradação política e pública ocorrida na cidade e no estado do Rio.

Geoffrey Hodgson me foi apresentado por Antônio Barros de Castro, em um jantar em sua residência. O título da minha tese surgiu de uma sugestão de Castro: “Rio nacional, Rio local: origens e especificidades da crise carioca e fluminense”. A sugestão do título decorreu de eu desenvolver na tese uma avaliação do papel do Rio na trajetória brasileira, ao lado de procurar estudar suas especificidades, para procurar explicar as razões que levaram a cidade e o estado do Rio a serem lanternas na trajetória econômica brasileira entre 1970 e 2008, e à degradação da política regional e da máquina pública estadual.

A última vez que encontrei Castro, ele me disse, sempre preocupado com o rigor acadêmico e com uma visão republicana, que estava “triste”, pois não tinha gostado de uma entrevista de página inteira que eu havia dado ao jornal O Globo, sobre a questão dos royalties. Não tive chance, infelizmente, de aprofundar essa questão com ele. Acho que ele estava preocupado por achar que eu estaria defendendo posições *bairristas*, o que naquele caso não acredito ser fato, pois o que havia sido votado no Congresso era um atentado ao Rio e ao federalismo.

Entre as obras de Castro, gostaria de citar *Economia em marcha forçada*, que analisa o II PND e a política econômica do governo Geisel. A avaliação do

II PND, entre os economistas, até a publicação desse livro de Castro, era apenas negativa. No campo neoclássico, a crítica era pela intervenção existente. No campo da esquerda, a crítica era pela ditadura e pela dívida externa gerada. Castro irá mostrar pontos positivos e que o superávit comercial gerado a partir do final da primeira metade da década de 80 seria principalmente fruto dos investimentos realizados no II PND e não da política contencionista que visava conter importações e estimular exportações – pela não-expansão do mercado interno.

Sobre a dívida externa, um dado curioso é que o *Anexo Estatístico* do livro *Economia brasileira contemporânea* – uma coletânea de artigos que tem como organizadores Fábio Giambiagi, André Villela, Lavínia Barros de Castro (filha de Antônio Barros de Castro) e Jennifer Hermann – mostra que a dívida externa em 1979 era de US\$ 46.114 milhões. Como, a partir de meados dos anos 80, o Brasil passou a gerar superávits comerciais em seu balanço de pagamentos em torno de US\$ 12 bilhões, em tese a dívida externa existente até o final do governo Geisel não seria assim tão grande, como às vezes foi pensada.

Talvez, nesse caso, estivesse certo Mário Henrique Simonsen, que propunha que, em 1979, tendo em vista a piora do cenário externo, entre outros aspectos pelo segundo choque de petróleo, seria importante ter um ajuste fino, mantendo-se apenas o que fosse necessário para o término dos investimentos do II PND.

Além disso, talvez tivéssemos que ser mais duros na renegociação da dívida externa, na virada dos anos 70 para os anos 80, a partir da radical mudança da política americana e da taxa de juros no mercado internacional, que se eleva brutalmente.

É importante lembrar que a solução da dívida externa, no início dos anos 90, passou por uma negociação, liderada por Pedro Malan, que teve não só aspectos econômicos, mas também políticos.

Ou seja, a década perdida pode ter sido muito mais fruto das decisões nos anos 80, com o Delfim retornando à área econômica e afirmando que, no início dos anos 80, “quem corresse ficaria no mesmo lugar”, ou seja, passando a ideia de que a economia brasileira continuaria crescendo da mesma forma e o empresário que não investisse iria perder espaço.

Essa política do Delfim mostra-se inviável, principalmente a partir da crise no México, em 1982, e o Bra-

sil foi obrigado a mudar totalmente a sua política, de forma atabalhoada, gerando graves consequências, seja do ponto de vista da inflação, até 1994, seja do ponto de vista do crescimento, até o início dos anos 2000.

Se sou extremamente crítico às políticas desenvolvidas pelo Delfim como ministro e à sua atuação como membro de governos autoritários, não posso deixar de citar contribuições, que entendo positivas, por ele geradas no debate atual.

A revista Carta Capital desta semana traz uma entrevista com o Delfim Netto e o economista de Campinas e paulista Luiz Gonzaga Belluzzo. Na entrevista, Delfim Netto faz uma crítica à visão de que a economia seria um somatório de comportamentos individuais e que tenderia sempre ao equilíbrio. De acordo com Delfim, sobre este ponto: “Isso tudo nasceu de uma tese do (matemático Louis) Bachelier, que analisava o funcionamento da Bolsa de Paris. Ele fez um modelo matemático a partir da ideia de que nós, seres humanos, somos partículas que, quando reunidas, produzem aquela distribuição normal. A tese foi analisada pelo maior matemático do século XIX, o (Henri) Poincaré. Ele não deu a nota máxima ao Bachelier e este não pôde ser professor em Paris, teve de lecionar em outro lugar, sei lá, Lion. E por quê? Poincaré disse o seguinte: os homens são como os carneiros de Panúrgio. Se um se joga no mar, os outros vão atrás. Quer dizer, a imitação é mais forte. Poincaré, no fundo, concluiu que a tese do Bachelier era brilhante, mas não valia nada. Foi o (economista Paul) Samuelson quem redescobriu Bachelier. E aí se matematizou tudo de novo, esquecendo o fundamental, a crítica de Poincaré. Todos esses são pequenos matemáticos metidos a grandes economistas. O Poincaré era um grande matemático e um pequeno economista”.

Geoffrey Hodgson, que foi apresentado por Castro, trabalhava nessa direção. Em um de seus artigos, afirma que a economia trabalha a partir do conceito de equilíbrio advindo da física. Propõe trocar essa referência pela biologia e história.

Com esse texto, faço minha homenagem ao professor Antônio Barros de Castro e fica o carinho, a admiração e a saudade.

* Mauro Osorio é economista, professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e doutor em Planejamento Urbano-Regional pelo Ippur/UFRJ.

A Copa tem que ser do povo! Será?

■ Qual será o legado que os megaeventos deixarão para o município e estado do Rio de Janeiro? Esta é principal questão levantada quando se fala em Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. Enquanto milhões de reais estão nesta conta ainda obscura, há moradias sendo destruídas e a cidade sofre uma transformação significativa no seu espaço urbano e modo de viver.

Para refletir sobre estes pontos o FPO realizou o debate “A Copa tem que ser do povo”, moderado pelo Conselheiro Eduardo Kaplan, e com a presença do geógrafo Dr. Christopher Gaffney, do Procurador da República Dr. Vinícius Panetto e do Vereador Eliomar Coelho. O debate foi precedido pela exposição dos dados orçamentários pertinentes. Foram investigados os gastos com transporte e infraestrutura, com destaque para as desapropriações e as obras da Zona Portuária e do Maracanã.

Esfera municipal

De 2010 até julho do presente ano já foram gastos R\$ 705 milhões¹ em nome dos megaeventos. O peso dos gastos previstos com tais eventos no orçamento carioca subiu de 2% no ano passado para 5% em 2011 (Gráfico 1). A título de comparação, a previsão de gasto com Copa e Olimpíadas para 2011 equivale a um terço do que foi previsto para Saúde e mais do que foi previsto para Habitação, com 3,4%.

Transporte

Três “trans” de corredores expressos contemplam o prometido legado dos megaeventos: a Transolímpica (início em 2012), ligação entre os dois polos de competições, os bairros da Barra e de Deodoro; a Transoeste, ligação entre os bairros da Bar-

ra e de Santa Cruz; e a Transcarioca, ligação da Barra com o Aeroporto Tom Jobim.

As duas últimas já liquidaram R\$ 287 milhões de 2010 até julho deste ano. Em decorrência, foram gastos mais R\$ 87,7 milhões em desapropriações.

Infraestrutura

A instauração da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016 requereu programas para modificar a infraestrutura da cidade do Rio. Destaques do momento: Porto Maravilha e as obras no entorno do Maracanã.

Programa Porto Maravilha

Objetivo: revitalizar a zona portuária do Rio de Janeiro.

Em 2010 foram gastos cerca de R\$ 95 milhões. Já em 2011 (até julho), foram liquidados R\$ 40 milhões.

E sobre as desapropriações, merece atenção o projeto Revitalização do Cais do Porto: R\$ 15 milhões foram gastos em 2010; já no presente exercício (até julho) a cifra alcança R\$ 282 mil.

Maracanã

Por outro lado, em 2011 as despesas com obras ao redor do Maracanã (que incluem, dentre outras

ações, construção de passarelas sobre a linha férrea, ciclovias e calçadão) têm uma dotação inicial de R\$ 2 milhões, quase todo já executado (R\$ 1,7 milhão). Entretanto, o Prefeito já remanejou por meio de decretos R\$ 19 milhões para tal ação. O acumulado desta obra até julho de 2011 chega a R\$ 112,6 milhões.

Em resumo, a despesa municipal com os megaeventos, de 2010 até julho de 2011, em transporte corresponde a R\$ 374 milhões e em infraestrutura a cerca de R\$ 248 milhões. Tais valores, somados aos R\$ 74 milhões em despesas administrativas e aos R\$ 9 milhões em ações estratégicas para candidatura, atingem os R\$ 705 milhões já aplicados.

Mais de 21% desse montante (R\$150 milhões) foram destinados para desapropriações de imóveis, numa evidência de quanto a implementação de megaeventos esportivos afeta e transtorna a vida de milhares de cariocas.

Esfera estadual

Foram encontrados os seguintes programas: *Copa do Mundo 2014*; *Transportes para Copa do Mundo 2014*, *Olimpíadas 2016 e outros*; e *Olimpíadas e Paraolimpí-*

adas 2016. Dados recolhidos na Lei Orçamentária Anual (LOA)/2011 e no Portal da Transparência – SEFAZ-RJ em 29/07/2011, com valores liquidados de julho/2011.

Programa Copa do Mundo 2014

Na LOA/2011 este programa contém dois projetos: Reforma do Complexo do Maracanã e Realização da Copa do Mundo 2014, assim dispostos:

Programa Transportes para Copa do Mundo 2014, Olimpíadas 2016 e outros

Objetivo: facilitar o deslocamento dos usuários para as localidades esportivas, com foco sobretudo no transporte de massa ferroviário e na integração entre os diferentes meios de transporte. A execução orçamentária está refletida na tabela 2.

Programa Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016

Objetivo: democratizar e difundir a prática de esportes.

Em 2010, esta ação tinha como um de seus produtos o atendimento a 60.000 crianças e jovens em projeto esportivo nas comunidades carentes e uma previsão de R\$ 1 milhão, mas nada foi liquidado. Em 2011, tal projeto consta na LOA, mas não apresenta nenhum produto com enfoque em populações carentes e, por enquanto, não apresentou execução.

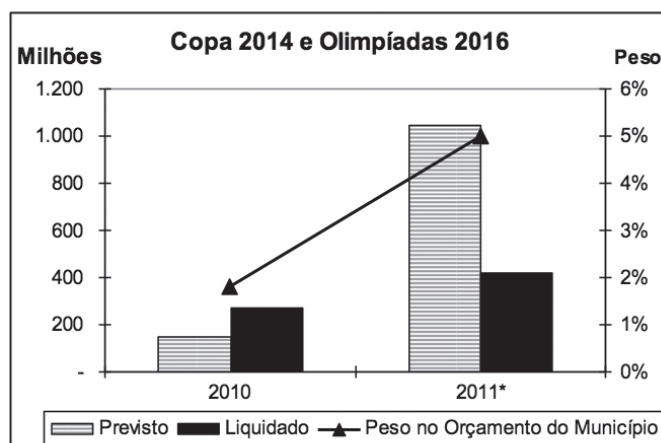
Os beneficiados

Cabe destacar as principais empresas favorecidas por volume financeiro já gastos pelo município e pelo estado do Rio de Janeiro até julho/2011 com os megaeventos:

Debate

O Prof. Gaffney desenvolveu o conceito de que a cidade anfitriã objetiva a realização de lucros

Gráfico 1



Fonte: Prestação de Contas 2010 e FINCON Julho/2011. *Valores liquidados até julho.

Tabela 1

Projetos	Previsto	Liquidado
Reforma do Complexo do Maracanã	364.578 mil	15.357 mil
Realização da Copa do Mundo de 2014 (sorteio FIFA, em 30 de julho)	197 mil	10.500 mil
Soma	364.775 mil	25.857 mil

Em R\$

Tabela 2

	Previsto	Liquidado
2010	426 mil	0
2011	112.470 mil	260 mil

Em R\$

ao invés de direcionar os esforços de construção do megaevento no atendimento das necessidades sociais. Historicamente, a realização de tais eventos não beneficia a população, e, sim, propicia ganhos extraordinários aos organizadores e empresários envolvidos na realização dos jogos. Esse fato leva à elitização da cidade por meio de uma reestruturação do espaço urbano que exclui as classes baixas, que sofrem com as remoções, a criminalização do trabalho informal e a perseguição de grupos já marginalizados como mendigos e população de rua.

Outra consequência perversa apontada foi o desrespeito às normas que regulam o uso do solo urbano e o gasto público para atender às exigências impostas pelos organizadores. É o chamado “Estado de exceção”!

No seu entendimento, o ponto positivo dos megaeventos é somente a possibilidade de construção de uma sociedade mobilizada.

O Procurador Vinícius Panet-

to (Ministério Público Federal - MPF) descreveu as atividades do Grupo de Trabalho Copa/2014 do MPF com base em análises dos processos de licitação e execução das obras. Revelou também que são os aditivos contratuais, feitos sob caráter emergencial do prazo de entrega das obras, que elevam em muito os custos dos projetos. Desta forma, é o maior motivo de preocupação.

Apesar de ser novidade para o MPF a atuação preventiva no acompanhamento dos gastos da Copa, o fato de algumas despesas previstas ainda não terem sido liquidadas facilita a fiscalização pela possibilidade de se reverter uma irregularidade contratual. Isso mostra a importância da clareza na realização dos gastos. Ele afirma que a sociedade ainda não tem a cultura de cobrar mais transparência do governo e ressaltou a importância do apelo da sociedade ao MPF.

O Vereador Eliomar Coelho lembrou que está nos Jogos Olímpicos de Barcelona a origem do conceito de megaeventos

tomotivo individual em detrimento do transporte coletivo. Já as intervenções na zona portuária apontam para uma ocupação *exclusiva* dos mais abastados e da cidade-negócio. Tais fatos se somam à frustração e indignação dos torcedores que vêem o *seu* Maracanã, dia após dia, sendo reformado com ares de elite, descaracterizando a prática popular de torcer própria não só do carioca, mas de todos os brasileiros.

Considerações finais

Em nome da Copa e das Olimpíadas, milhões de reais estão sendo gastos pelo município e estado a fim de cumprir prazos e exigências dos órgãos realizadores. Até o momento, as ações ditas e realizadas não demonstram quais são os benefícios para a população após o encerramento dos megaeventos. Ao contrário disso, tais ações já vitimaram os menos favorecidos pelo abuso com que são feitas as remoções, conforme o próprio MPF e a Defensoria Pública já denunciaram.

No caso dos transportes, a construção de vias que facilitem o deslocamento entre os locais que abrigarão as competições insiste na preponderância do transporte au-

tomotivo individual em detrimento do transporte coletivo. Já as intervenções na zona portuária apontam para uma ocupação *exclusiva* dos mais abastados e da cidade-negócio.

Tais fatos se somam à frustração e indignação dos torcedores que vêem o *seu* Maracanã, dia após dia, sendo reformado com ares de elite, descaracterizando a prática popular de torcer própria não só do carioca, mas de todos os brasileiros.

A atenção e o cuidado com os megaeventos devem ir além das cifras que são gastas, pois é preciso estar atento à redefinição do espaço urbano em detrimento do espaço social, pois a implementação tanto da Copa de 2014 quanto da Rio 2016 de forma autoritária, a exemplo do ocorrido no Pan de 2007, não respeita as interações da população com o espaço em que vive.

1 Os valores monetários estão corrigidos pelo IPCA de junho de 2011.

2 Conceito desenvolvido pelo Prof. Vainer (IPPUR).

Tabela 3

Copa 2014 e Olimpíadas 2016	
Empresas favorecidas	Em R\$
Banco do Brasil S.A.	30,0 milhões
Consórcio Saúde Gamboa (Odebrecht Infraestrutura, Empresa Industrial Técnica e a OAS Empreendimentos)	29,8 milhões
Odebrecht S.A.	25,5 milhões
Delta S.A.	18,4 milhões
Fundação Roberto Marinho	14,7 milhões
Consórcio Maracanã (Andrade Gutierrez, Delta e Odebrecht S.A.)	11,4 milhões
Geo Eventos S.A. (Grupo Globo)	10,5 milhões
Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.	4,0 milhões
SOMA	155,3 milhões

Fonte: Portal Rio Transparente – 27/07/2011 e SIG/SIAFEM – 02/08/2011.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram:

No debate: Christopher Gaffney, Vinícius Panetto, Eliomar Coelho e Eduardo Kaplan.

Os vídeos foram capturados na internet.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.

Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Est. Fabio Pontes, Est. Karine Vargas e Est. Talita Araujo.

fporiodejaneiro@gmail.com. 2103-0121 e 2103-0120

A versão completa dos dados e análises tanto produzida pela equipe FPO quanto pelo debate realizado sobre este tema está disponível em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp. Próximo tema a ser abordado: **Desigualdade social e políticas compensatórias.**

EDITAL DE ELEIÇÃO

■ Nos termos da Resolução nº. 1.833/2010 do COFECON, faço saber que no dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2011, com início às 09h e término às 18h, serão realizadas eleições para renovação do 2º Terço de conselheiros efetivos e suplentes do CORECON-RJ, e de delegados-eleitores, efetivo e suplente, junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, da seguinte forma: 1. 03 (três) conselheiros regionais efetivos e 03 (três) conselheiros regionais suplentes para integrar o Plenário do CORECON-RJ, com mandato de 03 (três) anos: (2012/2014); 2. 01 (um) delegado eleitor efetivo e 01 (um) delegado eleitor suplente para integrar o Colégio Eleitoral do COFECON; 3. Presidente e Vice-Presidente para a gestão de 2012, em regime de consulta a ser ratificada pelo Plenário do CORECON-RJ, nos termos de sua Resolução nº. 52/11. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, encerrando-se às 17h do dia 14/09/11. O registro das chapas será feito na sede do Conselho, localizada na Avenida Rio Branco 109, 19º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, no horário das 10 às 17 horas. A eleição será realizada em REGIME MISTO, conforme dispõe a Resolução CORECON-RJ nº. 51/11. Poderão votar os economistas registrados e quites com suas anuidades ou com o parcelamento dos débitos referentes às mesmas, até a data da realização do pleito, bem como os registrados na condição de remidos, na jurisdição deste Conselho, não sendo permitido o voto por procuração. No caso do voto por correspon-

dência, o economista deverá enviar seu voto utilizando o envelope padronizado encaminhado previamente pelo CORECON-RJ. Somente serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encaminhados à Caixa Postal do CORECON-RJ e recebidos antes do encerramento dos trabalhos de votação. Para o voto presencial, o economista que não tenha votado por correspondência, deverá comparecer ao local de votação, exibir junto à mesa eleitoral documento hábil de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica ou alfabética dos economistas registrados no CORECON-RJ. LOCAL DA VOTAÇÃO PRESENCIAL: Conselho Regional de Economia 1ª Região- RJ, localizado na Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ. O horário de votação será das 09 às 18h. Os trabalhos de apuração serão realizados no dia 24/10/11, na sede do CORECON-RJ, imediatamente depois de encerrado o período de votação e após a retirada final dos votos por correspondência, na caixa postal mantida pelo CORECON-RJ junto a ECT, às 17h. A primeira reunião da Comissão Eleitoral para análise e julgamento do registro da (s) chapa (s) inscrita (s) juntamente com seus respectivos candidatos será realizada na sede do CORECON-RJ, em 16/09/2011 às 18h.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2011

João Paulo de Almeida Magalhães
Presidente

ATENÇÃO

UNIMED do BRASIL faz **alterações operacionais** para o BENEFÍCIO FAMÍLIA

Segundo informações recebidas no dia 25 de agosto pela UNIMED RIO, o CORECON-RJ foi comunicado de que a UNIMED BRASIL reorganizou os processos do Benefício Família. Em razão disso, desde 01/05/2011, todos os documentos anexados ao processo devem estar **legíveis e autenticados**. A nova documentação exigida pela UNIMED DO BRASIL para efeito do Benefício Família passa a ser:

1. Documentos exigidos (legíveis e autenticados):

- Certidão de óbito do titular;
- RG e CPF do titular falecido;
- Certidão de casamento atualizada no caso de cônjuge;
- Certidão de união estável, no caso de companheiro (a) atualizada;
- Certidão de nascimento atualizada;
- RG e CPF de todos os dependentes a serem beneficiados;
- Laudo do INSS ou Termo de Interdição nos casos de filhos inválidos;
- Boletim de ocorrência e laudo cadaavérico (morte acidental);
- Comprovante de residência.

2. Os documentos deverão ser encaminhados até 30 (trinta) dias, após a data do falecimento do beneficiário titular.

Agenda de cursos para 2011

Está marcado para iniciar em 26 de setembro o curso **Economia Marxiana**, ministrado por João Leonardo Gomes Medeiros, professor adjunto da UFF. O curso estudará o livro I da obra de Karl Marx, *O Capital*, e terá 36 horas-aula, sempre às segundas-feiras de 18h45 às 21h30.

Ainda em setembro, no dia 22, terá início o curso **História da Análise Macroeconômica**, com Guilherme Maia, economista do BNDES. O objetivo do curso é oferecer o instrumental necessário para a análise das principais questões macroeconômicas. Ele terá oito encontros, sempre às quintas-feiras às 18h45.

Em 21 de setembro começará o curso **Avaliação de negócios e tomada**

de decisão, com Eduardo Sá Fortes (UCAM), focado nas etapas de elaboração e avaliação de um projeto ou empreendimento. O curso terá 30 horas-aula e será às quartas-feiras, das 18h45 às 21h30.

Em 30 de setembro terá início o curso **Defesa da Concorrência: teoria e aplicações para o caso brasileiro**, às sextas-feiras, de 18h30 às 21h15. O curso é de 15 horas-aula (cinco encontros) com Marina Moreira da Gama, economista do BNDES e doutora pela UFMG.

As informações detalhadas sobre os cursos podem ser obtidas no site www.economistas.org.br, pelo telefone (21) 2103-0118 ou via e-mail (cur-sos@corecon-rj.org.br).